

**Afranio Barbosa (Rio de Janeiro)**

**Da história social à sociolinguística histórica  
do português no Brasil: mercadores portugueses  
no apagar do Século das Luzes**

**1. Considerações iniciais**

No ano de 1798, um mercador português escrevia do Brasil para Antônio Esteves Costa, um megacomerciante em Lisboa que, com menos de quarenta anos àquela altura, viria a ser diretor de honra do Banco de Portugal na terceira década do século XIX:

Tenho a honra de fazer sciente a V.M. que estou estabelecido nesta Cidade, e prompto a empregar-me em manejar os interesses de todos os Amigos, que me quizerem distinguir com as suas Comissões, nas quaes eu me empregarei com aquelle zelo, e actividade a que a honra e probidade me obrigão (Barbosa 1999: 103).

Há nesse fragmento aspectos importantes a serem focalizados na investigação da constituição do português brasileiro. Primeiro, trata-se de um português radicado no Brasil, ou seja, digno representante do que denominamos português no Brasil em oposição ao português do Brasil, sendo esta a variante da grande maioria pobre ou remediada de reinóis brancos há gerações na América e sem condições de estudar em Coimbra, destino da maioria dos filhos abastados das Colônias.

A sociedade brasileira, ao final do século XVIII, já parecia dividida por essas duas variantes do português em algumas marcas linguísticas, mas não em todas aquelas que, atualmente, opõem o português europeu e o português brasileiro: se, por um lado, os portugueses já apresentam sinais da centralização de /e/ em dados do tipo *tanho* (<te-nho), por outro, a mudança quantitativa que privilegiou o uso do infinitivo gerundivo em relação ao da forma nominal gerúndio ainda se encontrava em estágio inicial de implementação. Identificar a naturalidade dos redatores lusos ou reinóis é, portanto, a base de um estudo sociolinguístico-histórico de dois grupos que se rivalizavam geralmente nos principais sítios urbanos brasileiros no apagar do Século das Luzes. A partir do confronto de seus escritos, seremos capazes de avaliar a trajetória dos dados linguísticos de lusos e de reinóis americanos da Coroa portuguesa para identificar: 1) o que, com o passar do tempo, foi abandonado pelo português europeu e mantido no portu-

guês brasileiro; 2) o que caiu em desuso no Brasil mas permaneceu vigoroso em Portugal e 3) o que viria a ser criado, de lado a lado do Atlântico, durante a colônia e a partir da separação política.

Em segundo lugar, o fragmento apresenta uma relação econômica tipicamente colonial: o comissionado. Se, de certa forma, o comércio dos produtos oriundos dos domínios ultramarinos era a própria razão de ser das colônias, não é surpreendente que o volume impressionante de negócios extrapolasse a fidalguia e enriquecesse uma pequena burguesia. Nosso personagem inicial, Antônio Esteves Costa, na verdade, não foi um caso isolado de ascensão social pelo enriquecimento com empreendimentos intercontinentais. Francisco Pinheiro, cerca de oitenta anos antes, já fazia o mesmo. Pela variedade de comissionados seus no Brasil, em África e no resto da Europa, notamos a estrutura impressionante criada para gerir o capital por ele movimentado. Veja-se, por exemplo, que mesmo em regiões afastadas da costa e em fase inicial de exploração, mas com destacada mobilização demográfica interna na colônia, os próprios comissionados funcionavam como uma espécie de termômetro do potencial financeiro das futuras empreitadas. Em uma carta escrita no Rio de Janeiro, em 1725, lemos:

[...] e como dizem, q. na Bahia podra haver ocasião p.<sup>a</sup> essa em direitura com as notisias de persistirem as grandezas das novas minas do Cuiaba, e q. tem vindo ultimam.<sup>te</sup> varias tropas de gente de la, com, boas partidas de ouro, juntam.<sup>te</sup> o descobrim.<sup>to</sup> de outras novas minas chamadas dos Goyazes (Lisanti Filho 1973: 35).

Há menção, em várias cartas, à circulação de cartas executórias, a firmas públicas de dívidas, a pagamentos feitos por caixeiros com mercadorias, ouro ou moedas, enfim, todo um sistema financeiro que por vezes utilizava inclusive os cartórios dessas e de outras regiões distantes mais de 1.500 km da cidade do Rio de Janeiro.

Outra referência importante nesse filão textual que se revela nas cartas de comerciantes coloniais é o material relativo ao mercador Duarte Sodré Pereira que Silva (1992) estuda do ponto de vista historiográfico. O acervo de cartas desse *fidalgo mercador*, produzido desde o final do século XVII, até perto de sua morte, em 1738, permanece intocado em uma coleção particular.

Sem dúvida nenhuma as informações recolhidas de todos esses escritos testemunham como a atividade mercantil cresceu em autonomia ao longo do século XVIII, ficando, paulatinamente, fora da máquina burocrática oficial. Na última década do século, a ineficiência de con-

trole deixou sem registro uma série de transações comerciais, um verdadeiro mercado informal que, em notória clandestinidade, compôs um quadro colonial quase autônomo daquele que se depreende dos documentos de controle oficial. Nesse sentido, o primeiro fragmento aqui transcrito revela o sinal maior dessa autonomia, pois, diferentemente de todas as demais cartas produzidas na colônia, ele foge à proibição real e não é manuscrito: a carta enviada, em 1798, da Bahia ao mercador Antônio Esteves Costa em Lisboa é um impresso anterior à imprensa no Brasil, um evento oitocentista.

## **2. Notícia de um texto impresso no Brasil antes da imprensa no Brasil: a construção de uma dúvida<sup>1</sup>**

Durante a investigação sobre as cartas comerciais guardadas no acervo de Antônio Esteves Costa, arquivados na Biblioteca Nacional de Lisboa, fomos surpreendidos por um material impresso<sup>2</sup> localizado na Bahia e datado de 20 de fevereiro de 1798, ou seja, isso antes da chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, o que, a princípio, não deveria ser possível. Trata-se de uma carta circular de João Paulo das Chagas, que se apresentava a Antônio Esteves Costa como um comerciante estabelecido no Brasil e lhe oferecia seus préstimos.

Analisando o documento, percebe-se que o cabeçalho, o endereçamento no verso e a assinatura de João Paulo Chagas estão manuscritos, ao passo que somente a mancha gráfica central se encontra impressa. As duas hipóteses que se apresentam seriam: 1) a de o documento ter sido impresso na Europa e apenas completado no Brasil com os dados pessoais do interessado ou 2) a de se tratar não de um material do século XVIII, mas sim do século XIX que, por qualquer motivo, tivesse sido falseado pelo assinante. Tanto uma, quanto outra hipóteses encontrariam suas razões de ser no jogo de interesses do opulentíssimo mercado promovido pela casa de comércio de Antônio Esteves Costa. Não é difícil de imaginar que um negociante, à margem daquele comércio, tentasse ostentar boa situação encomendando não uma única folha mas um maço de cópias de uma carta circular de apresentação. Tampouco seria impossível que, já dentro do século XIX, época em que Antônio E. Costa dirigia o Banco de Portugal, o

---

1 Este item do presente artigo foi extraído de parte inédita de Barbosa (1999).

2 Biblioteca Nacional de Lisboa — cota: mss. 224/209.

material figurasse com data falsificada na tentativa de provar ou valorizar o longo tempo (desde 1798 até ao menos, a segunda década do século XIX!) e a proximidade entre João Paulo Chagas e Antônio E. Costa. Essas e outras conjecturas explicativas não teriam sido abandonadas se esta investigação não verificasse um detalhe do suporte: o papel apresenta uma marca d'água do século XVIII – nomeadamente, *D & CB Lauw*.

É bom lembrar que a catalogação das marcas d'água é uma tarefa em aberto. Por mais completa que seja a publicação sobre as filigranas das indústrias de papel européias, o trabalho de pesquisa com os materiais coloniais sempre estará a ampliar seu número. Esse vem a ser o caso, por exemplo, no Arquivo Histórico Ultramarino, de uma folha intitulada *Lembretes da Consulta de 1795*,<sup>3</sup> que é, aparentemente, uma listagem de dez lembretes de consulta feita para algum tipo de conferência. A marca d'água do papel usado é o escrito *Gior Magnani* sob um brasão bem rústico. A mesma marca aparece, para dar um exemplo das cartas comerciais, em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa,<sup>4</sup> da seguinte maneira: no fôlio direito; *Al Masso*; no esquerdo, *Gior Magnani* sob um brasão com uma coroa similar a um gradil no topo, duas palmas viradas para fora, formando os lados e, na parte inferior, uma flor semelhante à figura *paus* do carteadado. Em seu interior, há um pequeno pássaro coroadado com as asas abertas.

Essa marca aparece citada por Marquilhas (1991) como sendo do século XIX porque a autora baseia-se na indicação de número 3.748 na obra de Heawood (1957). Na consulta direta a essa obra, contudo, constata-se que a dita marca se encontra sem data ou lugar, havendo, apenas, a informação dada pelo próprio Heawood (1957: 147) sobre a fonte mais antiga por ele encontrada: *Usada na África do Norte 1822-23*.<sup>5</sup> Pode-se dizer que a revisão das marcas d'água promovida em Barbosa (1999) atualiza, portanto, a datação da marca *Gior Magnani*.

Considerando o atual estágio nas pesquisas sobre os manuscritos coloniais brasileiros, acredita-se que a descrição das marcas d'água de cada documento possa vir a contribuir não apenas com a resolução de

3 Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa — cota: Documentação Avulsa / Rio — nº 161/86.

4 Cota — mss. 224/186.

5 A informação completa é: «Used in North Africa 1822-23 (Itinerary by Major Denham, at RGS. Sim. WAC, ND).»

impasses quanto à autenticidade de manuscritos, mas também com trabalhos que busquem estabelecer cronologias para as fases de redação na obra de diversos autores. Um bom exemplo, nesse sentido, é o trabalho de Bockelkamp (1993), que se apóia na filigranologia para uma verificação crítico-genética da obra de Johann Joachim Winkelmann, erudito prussiano do século XVIII.

No caso específico desta pesquisa, a identificação das filigranas veio a revelar um fato que reforça a idéia de a carta-circular ter sido impressa, de fato, no Brasil, em 1798. A marca d'água do papel onde se imprimiu esse documento — *D & CB Lauw* — era comuníssima no Brasil durante o século XVIII e, até onde apuramos, somente usada até os fins dos Setecentos. Essa evidência serve de base à hipótese de atividade tipográfica no Brasil antes da vinda da família real portuguesa o que se, a princípio, pode parecer absurdo, deixa de sê-lo quando nos voltamos para a história da impressão na América portuguesa antes do século XIX.

A introdução da imprensa no Brasil, assim como, em relação a outros agentes de desenvolvimento da cultura escrita, foi retardada ao máximo pela monarquia portuguesa. Cunha (1986) chega a afirmar:

Sabemos todos que a colonização portuguesa, com inúmeros saldos positivos, não foi exemplar no terreno educacional e cultural. Enquanto os espanhóis cedo criaram colégios e universidades na sua América, no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, e isso quase por milagre de certas ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas. (Cunha 1986: 19)

Não devemos imaginar, contudo, que a postura de espanhóis, de portugueses, ou de quaisquer outros europeus para com suas colônias fosse uniformemente positiva ou negativa. O caso da imprensa exemplifica bem esse fato. Hallewell (1985: 4) descreve a atitude metropolitana «variada» da seguinte maneira:

A introdução da impressão na cidade do México e em Lima ocorreu poucos anos depois da conquista espanhola, mas essa arte foi, por muito tempo, negada a todas as demais possessões espanholas. Os colonos ingleses da Nova Inglaterra puderam ter sua própria tipografia mas durante muito tempo tal autorização foi negada nos demais lugares. A França permitiu o funcionamento de uma tipografia local em São Domingos (hoje Haiti), mas jamais o fez com relação ao Canadá. Os portugueses muito cedo desenvolveram a impressão em suas possessões asiáticas e africanas, mas impediram sua implantação no Brasil colonial. Tais diferenças foram determinadas, em parte, pelas necessidades de controle político.

O controle rígido no caso brasileiro promoveu a expulsão do tipógrafo Isidoro da Fonseca, 1747, da cidade do Rio de Janeiro. Desde o início do século XVIII, no entanto, são registradas atividades «extra-oficiais» de imprensa no Brasil nos espaços limitados de cultura escrita, como era o caso dos colégios jesuítas, reconhecidos por suas excelentes bibliotecas.

[...] a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, informa que a biblioteca do Colégio de Santo Inácio, no morro do Castelo, Rio de Janeiro, possuía «alguns trabalhos impressos na própria casa por volta de 1724». Se o colégio possuía sua própria impressora, parece estranho que Agostinho Santos Felix Capelo não mencione este fato em seu relatório ao governador Bobadella sobre as propriedades confiscadas em 1759, quando os jesuítas foram expulsos e o colégio fechado. Talvez tenha havido confusão com dois livros impressos em 1722-1724 pelos missionários jesuítas em Pueblo de Santa Maria la Mayor, um lugar que hoje está situado em território brasileiro mas que na época pertencia ao Paraguai [...] (Hallewell 1985: 4-5).

Dúvidas à parte, a primeira tentativa documentada de implantação da tipografia no Brasil foi realizada pelos holandeses durante sua ocupação, no Nordeste, entre 1630 e 1655.

Uma carta de 28 de fevereiro de 1642, do Supremo Conselho (holandês) no Brasil, dirigida aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de uma impressora para que as ordens oficiais recebessem «maior consideração» e para que o Conselho fosse poupado do estafante trabalho de copiar. Temos aqui, em poucas palavras, a razão primordial pela qual cada colônia acabou recebendo sua própria tipografia: as exigências administrativas (Hallewell 1985: 12).

Ainda segundo Hallewell (1985), no entanto, o tipógrafo holandês encarregado da tipografia do Recife, morreu antes de iniciar suas atividades. Diante do fato de haver os recursos técnicos, esse autor pergunta:

Se este foi o caso, restaria a pergunta: que aconteceu com sua impressora? Ninguém teria tratado de fazê-la funcionar? Dois anos mais tarde a Companhia informou que ainda não haviam encontrado alguém que se dispusesse a ir (Hallewell 1985: 13).

Nessa época, os holandeses, governados por Maurício de Nassau, estavam envolvidos nas campanhas militares contra os portugueses. Não sabemos se, com a derrota e expulsão dos holandeses, a maquinaria foi desmantelada, ou se guardada por religiosos.

De qualquer maneira, registram-se relatos de uma tipografia no Recife na época do governo de Francisco de Castro Moraes no início

do século XVIII. Tal suposição está baseada em uma carta régia de 8 de julho de 1706 que ordenava ao governador

[...] sequestrar as letras impressas e notificar os donos dellas e os officiaes de uma typografia estabelecida na povoação do Recife que não imprimissem, e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma typografia [...] (*Apud* Hallewell 1985).

Wilson Martins, em *A Palavra Escrita*, contudo, aponta nesse caso uma possível falha de transcrição de datas: a ordem seria de 1747 e enviada a outro governador por ocasião das atividades comprovadas de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. Igualmente citado por Hallewell (1985), Serafim Leite testemunha, sem localizar, ter visto papéis impressos no Recife.

Serafim Leite, que procura identificar o tipógrafo como um jesuíta, um certo Antônio da Costa, diz em seu *Artes e oficinas dos jesuítas no Brasil*, que a impressora funcionou de 1703 a 1706, imprimindo «letras de câmbio, orações e estampas religiosas». O mínimo que podemos dizer é que, se de fato houve alguma impressora no Brasil nessa época, então a cidade do Recife seria o lugar mais provável. Embora ainda pequena [...], ela era a única verdadeira cidade além de Salvador, então a capital, e era nesse período mais próspera, revelando ainda maior independência de espírito em relação às autoridades de Lisboa (Hallewell 1985: 14).

Essas notícias nebulosas sobre atividades de impressão no Nordeste brasileiro, no princípio do século XVIII, podem ajudar a explicar a carta-circular impressa para o comerciante estabelecido na Bahia. Em outras palavras, não é por demais impossível supor que houvesse atividade de alguma tipografia particular remanescente de algum colégio religioso, tal como a dos jesuítas, ou trazida, à revelia da corte portuguesa, pelo dinheiro dos negociantes que colocavam o Brasil em uma posição central no sistema comercial do português. O reconhecimento desse *status* vinha traduzido no projeto, desde 1801, de se transferir a sede da Corte para a América. «O projecto de mudança da Corte para o Brasil, apesar de tudo, transformou-se em realidade quando, em 1807, as tropas napoleónicas atravessaram a fronteira de Portugal com a Espanha [...]» (Maxwell 1986: 382).

Nosso trabalho apresenta uma nova notícia não tão *nebulosa* acerca da existência de uma impressora no Nordeste. Em uma das cartas de comércio levantadas, ao comunicar os preços das mercadorias ne-

gociadas, o irmão de Antônio Esteves Costa, João Vicente da Silva Bastos, informa quanto custou o frete de uma *imprensa*.<sup>6</sup>

25 Sacas de Algodam	5.800	828\$850
Com 142 Contos 29 réis	160	22\$865
Novo Imposto		
Carretos para a Imprensa [SV] Para Bordo dito		4\$000

Um dos maiores conhecedores de livros do Brasil, Rubens Borba de Moraes, começa seu texto sobre as origens e produção da Imprensa Régia no Rio de Janeiro dizendo:

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foi o começo de tudo. Nos porões do navio *Meduza* vieram de Lisboa prelos com seus pertences. Era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra por D.Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Não tendo sido usada, encontrava-se ainda encaixotada na ocasião do embarque para o Rio de Janeiro (Moraes 1993: XVII).

De fato, localizar o início das atividades tipográficas no século XIX é reconhecer, somente a partir de então, o começo de uma série de atividades sócio-culturais. Se pudermos recuar essa datação, estaremos revelando um aspecto mais avançado da estrutura colonial brasileira que, como outros, em outros níveis, foi devidamente *abafado* pelo regime metropolitano.

Conforme o exposto, estão registrados para a história a aventura de Isidoro da Fonseca, tendo também como cenário a cidade do Rio de Janeiro, e a iniciativa holandesa em sua colônia americana. Há referências, não confirmadas, de papéis impressos durante a época da proibição oficial. Mas somente agora, dentre as cartas comerciais para Antônio Esteves Costa, pudemos comprovar a existência de trabalho tipográfico no Brasil antes do decreto real de 13 de maio de 1808. Não pretendemos, de forma alguma, nem reduzir nossa descoberta às dimensões do pitoresco, nem elevá-la à categoria explicativa para uma suposta estrutura colonial brasileira muito mais desenvolvida do que possa realmente ter sido. Queremos, na verdade, apresentá-la como um fenômeno a ser considerado pelos profissionais da historiografia, colegas que saberão definir o grau de representatividade desse fato no quadro sócio-econômico clandestino do Brasil-colônia que, ao final



dos Setecentos, se encontrava evidentemente mais avançado do que se tem pensado.

### **3. A variação entre o infinitivo gerundivo e a forma nominal gerúndio nos *corpora* de mercadores**

Partimos dos resultados de Barbosa (1999) que revelam 10% de entrada da estrutura *A + INFINITIVO* nas cartas escritas de 1793 a 1798 (resultado corrigido para o peso relativo de .9 após rodarmos os dados no Pacote de Programas de estatística VARBRUL). Além das cartas de comércio, foram considerados dados da burocracia oficial e de algumas cartas pessoais. A distribuição e projeção estatística desses dados não se alteram com a mudança da tipologia textual. Vale dizer que tal resultado corrobora aqueles apontados por Bertil Maler (1972), que utilizara entremeses populares portuguesas para o levantamento de ocorrências principalmente da estrutura *AUXILIAR + A + INFINITIVO*. Foram contabilizados cerca de 10% de dados do tipo *estava a procurar* contra 90% de, por exemplo *estava procurando*. Enfim, como se pode ver, o avanço da forma nova que hoje caracteriza o português europeu encontrava-se em fase inicial de implementação. Interessava-nos saber se essa situação caracterizava somente a lusofonia da era pós-pombalina ou se já vinha estável desde o início do século XVIII.

Do acervo editado por Lisanti Filho (1973), cobrimos 50 cartas de mercadores escritas no Rio de Janeiro entre 1725 e 1729. O resultado foi surpreendente: não havia dados de infinitivo gerundivo, fosse em estrutura de verbo pleno, fosse com verbos auxiliares. Supúnhamos, é verdade, uma taxa bem menor de uso do infinitivo gerundivo, mas não a absoluta falta de dados em tantas missivas. Esse resultado não significa que a variante nova não existisse ainda. De fato, são relatados dados esparsos desde o português medieval. O levantamento de dados em um número maior de cartas de comércio certamente fornecerá dados, contudo não mudará a realidade que este resultado preliminar demonstra: o processo de mudança quantitativa no avanço do infinitivo gerundivo não começara no início (ao menos no primeiro quartel) do século XVIII, essa foi realmente uma realidade de seu termo.

Praticamente todos os dados encontrados de *a + infinitivo* são a sequência simples de uma preposição regida por vocábulo anterior e que serve de nexos a uma sentença completiva sob forma de infinitivo.

É o que vemos, por exemplo, no trecho «E eu sinto m<sup>to</sup> ser constringido a fazer d.<sup>o</sup> apartamento», retirado de uma carta de 1725 em que um mercador reclama de problemas com outro comissionado, Luís Álvares Pretto, sobrinho de Francisco Pinheiro, entre outras coisas por pô-lo «em maa reputação, e com mechiricos» (Lisanti Filho 1973: 15). O fim da sociedade — o dito *apartamento* — não parecia ser muito comum na rede de comissionados, principalmente por sua composição fortemente calcada nos laços familiares e de apadrinhamento. O que figura comumente nessas cartas são certas estruturas reincidentes, verdadeiras fórmulas que fixam determinados usos. Uma delas diz respeito ao mesmo caso do *constringido a fazer*, só que na expressão *resolver-se a fazer*. Na mesma carta encontramos «e por isto me resolvo a fazer tal apparta».

Como dissemos anteriormente, os dados efetivos de infinitivos gerundivos não foram encontrados. Não houve, portanto, ocorrências em que na sequência *a + infinitivo* o *a* parecesse esvaziar-se da função conectiva e assumir o papel de tipo de afixo aspectual — pois em uma sentença como *estou a fazer o trabalho* com o mesmo valor de verdade de *estou fazendo o trabalho* não há possibilidade de intercalações entre *a* e o *infinitivo*. Contudo, há um dado *ambíguo*, ou seja, exemplos que podem ser lidos tanto como uma simples preposição seguida de infinitivo, quanto como um infinitivo gerundivo equivalente a um gerúndio. Observemos o caso em

e não podra com d.<sup>a</sup> duvida, juntar toda aquella carga q. lhe sera prezizo, pois lá estão 14 embarcasoins, todas a procurar cargo, quatro dellas da Bahia, aonde estavam mais três preparando se p.<sup>a</sup> ditta parte (Lisanti Filho 1973: 36).

Tanto podemos interpretar a sentença como *pois lá estão 14 embarcações, todas para procurar carga*, quanto como *pois lá estão 14 embarcações, todas procurando carga*. A hipótese de tratar-se de um dado de infinitivo gerundivo ganha força no paralelismo com o aspecto contínuo em *aonde estavam mais três preparando-se para dita parte*. De qualquer modo, o quadro desse fenômeno de variação linguística não estaria em situação de mudança àquela altura.

A *forma nominal gerúndio* distribui-se por todos os lugares sintáticos: como verbo pleno, nas tradicionalmente chamadas *orações reduzidas*, e com um verbo auxiliar. Nos dados levantados das cartas da primeira metade do século XVIII, encontramos quase todos os tipos

de estruturas descritas do final do mesmo século. Observemos alguns casos interessantes.

Primeiro, veja-se o caso do gerúndio sob forma de verbo pleno em oração independente (coordenada ou absoluta): «a peça [de pano] vende sse na Collonia de 500 a 560 rs a vara custando nessa [em Lisboa] de 180 a 200 rs a vara» (Lisanti Filho 1973: 19). O gerúndio, nesse contexto, tanto equivalendo a *e custa nessa de 180 a 200 a vara* quanto a *ao passo que custa de 180 a 200 a vara* só pode ser compreendido numa relação coordenada. No material de Lisanti Filho (1973), assim como em Barbosa (1999) é representativa a frequência de uso da forma nominal gerúndio em coordenação. Por vezes, numa sequência de vários verbos sob forma gerundiva, a expectativa de uma forma nominal em oração circunstancial e a conseqüente procura de um verbo principal podem conduzir o leitor contemporâneo a dificuldades de decodificação de certas passagens. O trecho a seguir ilustra semelhante situação:

[...] os cobraçe naquella praça ao q. deferio mandando se deçe vista ao procurador da coroa; Nestes termos fizemos nova petição; oferecendo por ella fiança aos direitoz e juntamente protestando todo o prejuizo que nos pudesse causar, a demora, se os d.<sup>s</sup> contratadores empedissem, o seguir, a d.<sup>ta</sup> nao a sua viagem [...] (Lisanti Filho 1973: 43).

Note-se que mandando se desse vista ao procurador da coroa não é circunstância de modo ou de qualquer outro tipo no escopo do verbo deferir; tampouco oferecendo por ela fiança aos direitos e protestando todo o prejuízo são circunstâncias ligadas a fazer nova petição. De fato, a ação verbal expressa em protestando é que será condicionado por se os contratadores impedissem o seguir a sua viagem. No jogo de cena exposto nesta carta, a briga com o juiz de alfândega, que havia recebido os tais contratadores, essas ações vão se somando em um relato. É preciso, nesses casos, fazer a imediata paráfrase com a respectiva conjunção coordenada: os cobrasse naquela praça ao que deferiu e mandou se desse vista ao procurador da coroa. Nestes termos fizemos nova petição e oferecemos por ela fiança.

Outro caso a ser destacado é o do gerúndio com verbo auxiliar — «Ha bem tempo q. estamos experando o seu navio N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rozario» (Lisanti Filho 1973: 35). O leque de implicações funcionais de cada estrutura levantada e descrita em cartas de mercadores é sempre maior e mais surpreendente do que em outros tipos de textos mais formulares. Isso talvez se dê exatamente porque, retirando as fórmulas de

abertura e encerramento, e ainda uma ou outra tradição discursiva, as missivas trocadas entre comerciantes deixem transparecer um pouco melhor certos padrões da oralidade.<sup>7</sup> A coordenação frequente é sinal que corrobora essa hipótese. De qualquer modo, em relação à estrutura com verbo auxiliar *estar*, veja-se que inclusive a indicação de futuro próximo pode ser interpretada na sentença «e p.<sup>lo</sup> d.<sup>o</sup> Capp.<sup>m</sup> foi requerido ao contratador, lhe fazia a d.<sup>a</sup> entrega, o que não quis, aseitar, Assim, estamos vendo, amanhã, com que sai o d.<sup>o</sup> contratador; por que pedio vista» (Lisanti Filho 1973: 43). Quer dizer, numa contenda na alfândega para fazer a entrega da carga de seu navio, o comissionado — que redige a carta — e o capitão da nau esperam para ver, no dia seguinte, com que nova exigência ou problema virá o contratador da alfândega. Sem a devida retextualização da escritura, não será possível recuperar implicações funcionais como a desse presente contínuo com a idéia de futuro próximo em um dado do português setecentista.

Em Barbosa (1999) a maior probabilidade de entrada do infinitivo gerundivo ficava entre os auxiliares *estar* e *ser* quando equivalente a *estar*: «Nosaco do Navio Escrevo avm esou adizerlheq. Oportador dessa q. he o Marinheiro Joze Francisco, [...]» (Barbosa 1999: 396),<sup>8</sup> por exemplo. Interessante que, apesar de essa equivalência específica entre *ser* e *estar* não ter sido encontrada, ao menos nesses primeiros dados recolhidos na edição de Lisanti Filho (1973), ela se realiza em outros contextos, como em alguns casos de datação: «Somos a 5 de julho. Serve esta de cuberta aos recibos juntos pelloos quais podera VM. Ver nas mãos de q.<sup>m</sup> parão [...]» (Lisanti Filho 1973: 58). Seja num contexto ou noutro, o uso de *ser* por *estar* ainda se encontrava vivo nos setecentos como variante residual que concretizava a virtualidade sistêmica da uma antiga convergência funcional da língua portuguesa.

Se, por um lado, o estudo da variação entre o infinitivo gerundivo e o gerúndio no início do século XVIII fica a espera de dados apenas para ratificar o que já se pode afirmar agora — parece estabilizada em taxa mínima de uso do *a + infinitivo* — por outro, as generalizações descritivas das estruturas em que se distribui o gerúndio revela enorme potencial para o conhecimento de tradições discursivas, de estruturas

7 Vale dizer que, ao menos para Francisco Pinheiro, era indiferente a forma escrita, posto que era analfabeto. As cartas que davam conta de seus negócios no ultramar eram-lhe, muito certamente, lidas por alguém de confiança.

8 Na Biblioteca Nacional de Lisboa, ver o original sob a cota: mss. 224/406.

não mais correntes na atual lusofonia, e ainda para uma melhor decodificação das verdades e mentiras ditas pelos homens de sincronias passadas. Só isso já nos dá luzes sobre o século das Luzes.

#### **4. Palavras finais**

São muitos os aspectos históricos a serem explorados nas fontes aqui estudadas. Só entender a dinâmica de quem vivia nas colônias em função da demanda e volume de produtos de luxo trazidos da Corte é um filão de pesquisa à parte. A sedução de nos tornarmos *dublês* de historiadores não pode encontrar guarida. O trabalho específico nosso — além de editar material que reflita as «classes» da época — é o de estabelecer tipologias, rever uma série de estudos e partir para novas descrições que conduzam a uma melhor compreensão dos dois caminhos seguidos pela *gramática setecentista* até os dias atuais, quando distinguimos tão bem as normas nacionais da língua portuguesa.

O potencial de estudos acerca do percurso histórico da Língua Portuguesa cresce com os materiais como as cartas de mercadores. Labov (1982) já comentava sobre o recuo na datação de várias mudanças sonoras no inglês só possíveis com o trabalho de H. C. Wyld baseada em dados retirados exatamente de cartas e diários de mercadores londrinos em ascensão nos séculos XVI e XVII. O material editado pelo historiador Luís Lisanti Filho (1973) — 965 missivas escritas no Brasil — e o de Barbosa (1999) — 93 cartas de comércio escritas no Brasil, havendo cerca de 300 de outras colônias e de Portugal editadas posteriormente — além de garantirem o paralelismo tipológico textual e a especial condição de terem sido redigidas por um só homem em Lisboa, revelam o cotidiano de um segmento social diferente do da massa movediça de funcionários da máquina administrativa. Nem sempre a linguagem formular explica porque seus textos se afastam do reflexo de certos usos cotidianos; muitas vezes a explicação está na distância entre seus interesses, valores, enfim, entre seus mundos e o mundo dos mais simples: dos simples empregados e dos simples empregadores. O mundo do comércio começa a nos surpreender com suas *tesoirinhas*, *facas framengas*, *bertanhas*, *pannicos de linho* e *impressas* em trânsito pelo Atlântico, assim como essas idéias de primeira viagem.

## Bibliografia

- Alden, Dauril (1987): «Late Colonial Brazil, 1750-1808», em: Bethell, Leslie (eds.): *Colonial Brazil*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 284-343.
- Barbosa, Afrânio Gonçalves (1999): *Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*, Rio de Janeiro: UFRJ, Fac. Letras, 484 fl. mimeo, Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.
- Barbosa, Afrânio Gonçalves (2000): *Cartas Comerciais da América Portuguesa para Lisboa: um corpus do século XVIII para o estudo do português do Brasil*, Évora: Anais do Congresso Internacional sobre o Português do Brasil (no prelo).
- Bockelkamp, Marianne (1993): «Les manuscrits de J.J. Winckelmann lus en filigranes», em: *Anais do III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética* — UFPB, de 15 a 18 de outubro de 1991, João Pessoa: Idéia.
- Castro, Ivo (1996): «Para uma história do português clássico», em: Duarte, Inês / Leiria, Isabel (eds.): *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Lisboa: Colibri, pp. 135-150.
- Cunha, Celso Ferreira da (<sup>o</sup>1986): *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hallewell, Laurence (1985): *O Livro no Brasil (sua história)*, São Paulo: Edusp.
- Heawood, Edward (1957): *Watermarks mainly of the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries*, Hilversum: The Paper Publications Society.
- Labov, William (1982): *Building on empirical foundations*, em: Lehmann, Winfried P. / Malkiel, Yakov (eds.) (1982): *Perspectives on historical linguistics*, Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.
- Lisanti Filho, Luís (1973): *Negócios Coloniais — uma correspondência comercial do século XVIII*, Brasília: Ministério da Fazenda.
- Maler, Bertil (1973): «L'infinitif gérondival portugais: quelques notes sur sa propagation», *Stockholm Studies in Modern Philology* 4, pp. 250-268.
- Marquilhas, Rita (1991): *Norma Gráfica Setecentista — do Autógrafo ao Impresso*, Lisboa: INIC.
- Marquilhas, Rita (1996): *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa: Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras, 420 fl. (Mimeo).
- Maxwell, Kenneth / Silva, Maria Beatriz Nizza da (1986): «A política», em: Silva, Maria Beatriz Nizza da (ed.). *Nova História da Expansão Portuguesa — O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, Lisboa: Estampa, pp. 335-396.
- Moraes, Rubens Borba de (1993): «A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção», em: Camargo, Ana Maria de Almeida / Moraes, Rubens Borba de: *Bibliografia da Impressão Régia no Brasil*, São Paulo: Edusp / Kosmos, pp. 17-32.
- Pintzuk, Suzan (1988): *VARBRUL programs*, 40 fl. (policopiado).
- Silva, Maria Júlia de Oliveira e (1992): *Fidalgos-Mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*, Lisboa: INCM.